

# BLOQUEIOS SOMAM R\$ 121 MI EM SC

Nas duas universidades e dois institutos federais do Estado, medida do governo federal afeta verbas de custeio e emendas parlamentares

**CRISTIAN EDEL WEISS**  
cristian.weiss@somosnsc.com.br

O bloqueio do governo sobre as verbas de institutos e universidades federais em Santa Catarina deve somar até R\$ 121 milhões. O Estado tem quatro entidades geridas pela União: a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Federal Fronteira Sul (UFFS), o Instituto Federal Catarinense (IFC) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). O levantamento foi feito pela reportagem com base no painel de cortes da Associação Nacional dos Dirigentes das

Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), dados enviados pelo Ministério da Educação (MEC) e informações divulgadas pelas instituições.

Há, no entanto, controvérsias sobre a soma final dos valores suspensos. Na última semana, houve confusão em torno do caso, principalmente porque o governo federal insiste que o bloqueio atinge 3% do orçamento das universidades, enquanto elas afirmam que é 30%. Para elucidar, é preciso entender o funcionamento do orçamento delas.

Basicamente, ele é dividido em dois tipos de recursos: as verbas obrigatórias e as disci-

cionárias. No primeiro caso, estão valores que não podem ser alterados porque são protegidos por lei, como é o caso do pagamento de salários de professores e servidores técnicos, além de benefícios para inativos e pensionistas – quantias que, por natureza, são geridas diretamente pelo governo federal. Já as verbas discricionárias são as que estão sob direta gestão dos reitores das unidades, utilizadas para o pagamento de custeio, manutenção e melhorias na infraestrutura, por exemplo, além de assistência estudantil. Esta é a verba impactada agora com os bloqueios e a que realmente

está sob controle das reitorias de cada instituição.

Além desses valores, as universidades e os institutos costumam contar com outras fontes de receita, como emendas parlamentares e recursos próprios por serviços prestados a terceiros, como consultorias.

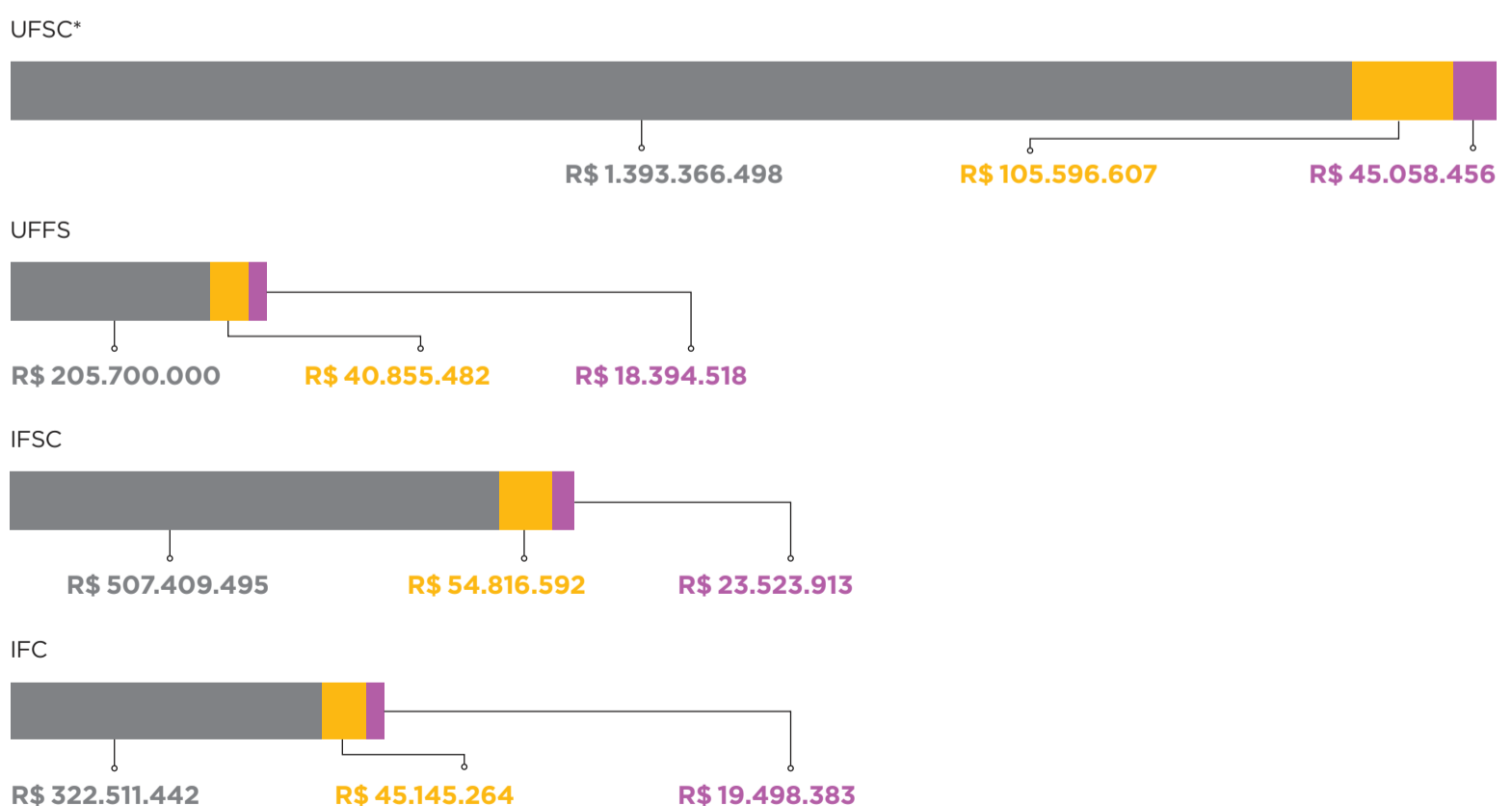
É a soma que inclui o bloqueio dos valores discricionários e das emendas, que atinge os R\$ 121 milhões contabilizados pelas instituições.

De acordo com o MEC, no entanto, o valor total é menor: resultaria em R\$ 105 milhões, o que representa 30% das verbas de custeio para cada uma das entidades.

## VERBAS DAS INSTITUIÇÕES CATARINENSES

Os valores bloqueados representam, em média, de 3% a 6% do orçamento total, mas 30% da despesa discricionária

- Despesa obrigatória:** que por lei não pode ser mexida, como salários e aposentadorias, gerida pela União
- Despesa discricionária:** sob gestão direta dos reitores para manutenção dos campi (valor afetado pelos bloqueios)
- Sob bloqueio:** fatia suspensa em maio pelo governo federal



\*A UFSC contabiliza ainda R\$ 15.107.829 referentes a cortes de emendas parlamentares que somavam R\$ 20.607.829, o que eleva o bloqueio a 35%

## VERSÕES DIVERGENTES

Para a reportagem, o MEC afirmou, em nota, que em todo o país foram bloqueados apenas 3,4% do orçamento total das universidades federais. O ministério não está equivocado ao apontar a fatia, mas ele considera tanto o orçamento que não está sob gerência das instituições (despesa obrigatória), quanto o discricionário, que é a verba usada pelos reitores.

"O orçamento para 2019 dessas instituições totaliza R\$ 49,6 bilhões, dos quais 85,34% (R\$ 42,3 bilhões) são despesas de pessoal (pagamento de salários para professores e demais

servidores, bem como benefícios para inativos e pensionistas), 13,83% (R\$ 6,9 bilhões) são despesas discricionárias e 0,83% (R\$ 0,4 bilhão) são despesas para cumprimento de emendas parlamentares impositivas", explica a nota.

No documento, ainda, o MEC reitera que o bloqueio não afetará salários, benefícios de inativos e pensionistas, assistência estudantil, emendas parlamentares impositivas e receitas próprias. A explicação do governo para o bloqueio de dotação orçamentária é que "foi operacional, técnico e isonômico

para todas as universidades e institutos", em decorrência da restrição imposta a todos os órgãos federais pelo decreto 9.741 (de 28 de março) e pela portaria 144 (de 2 de maio).

Conforme o cálculo do MEC, para as instituições de SC a soma dos valores bloqueados é de R\$ 105,1 milhões. À reportagem, no entanto, as instituições dizem que o total é maior, chegando a R\$ 121 milhões. Isso porque, segundo elas, há recursos como os de emendas parlamentares que também foram bloqueados e que impactam na expectativa orçamentária das unidades.

## EMENDAS PARLAMENTARES AFETADAS

Nas contas do governo, o valor bloqueado na UFSC é de R\$ 45.058.456, que representa 29,9% das verbas discricionárias, segundo o MEC. Na avaliação da instituição, entretanto, chega a R\$ 60,1 milhões, principalmente porque dos R\$ 20,6 milhões

esperados de verbas garantidas por parlamentares via emendas, R\$ 15,1 milhões estão bloqueados também. Dessa forma, conclui a UFSC, chegaria a 35% o total de valores suspensos neste ano, com os quais a universidade contava para o custeio de atividades.

O Ministério da Educação esclarece, em nota, que não contabilizou valores de emendas parlamentares nas planilhas divulgadas porque eles já estavam contingenciados pelo governo federal antes da portaria de maio.

## NAS CONTAS DAS INSTITUIÇÕES, BLOQUEIOS CHEGAM A 37%

Proporcionalmente, segundo dados das instituições e sem considerar emendas parlamentares, o maior montante de verbas bloqueadas ocorre no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Dos R\$ 78,3 milhões orçados para custeio e manutenção, R\$ 23,5 milhões

foram bloqueados, valor que representa 30%. Mas a instituição argumenta que "para manter a assistência estudantil sem cortes, o bloqueio na linha do custeio da instituição foi de 37,18%".

Na sequência, vem a Universidade Federal Fronteira Sul (31,05%), com sede em Chapecó, que

atende também alunos de Paraná e Rio Grande do Sul, e o Instituto Federal Catarinense, com bloqueio estimado de 30,16% das verbas de custeio.

Sem considerar o corte nas emendas parlamentares, o montante de recursos suspensos da UFSC representaria 29,9%.

## POR QUE A SITUAÇÃO CONFUNDE, SE NÃO É A PRIMEIRA VEZ?

Não é a primeira vez que o governo federal suspende verbas previstas pela lei orçamentária. Em 2017, o governo Michel Temer (MDB) já havia bloqueado valores das instituições de SC, no chamado contingenciamento - aviso prévio de que parte das verbas previstas na Lei Orçamentária Anual será bloqueada de forma preventiva, indicando montantes e prazos para as administrações locais, visando economizar recursos diante da previsão de queda nas receitas estimadas. Em caso

de melhora na arrecadação, os valores são gradualmente descontingenciados. Dilma Rousseff (PT) também fez isso em 2015.

Mas, para o secretário de Orçamento e Planejamento da UFSC, Vladimir Arthur Fey, desta vez o governo não deixou claro o alcance e o prazo para aplicação do bloqueio. Além disso, segundo ele, a UFSC já não consegue acessar essas verbas no sistema integrado de orçamento, utilizado por toda a administração federal,

porque ele já bloqueou.

Fey argumenta que, em fevereiro e março deste ano, o governo federal, por meio de decretos publicados, já havia comunicado o contingenciamento de 25% das verbas da UFSC, que impactaria sobretudo no segundo semestre. Ocorre que agora, conforme Fey, a universidade já verificou o bloqueio de R\$ 60 milhões no sistema, referentes ao anúncio mais recente, feito em abril, de que 30% das verbas das universidades seriam restringidas.

## TEMOR POR BLOQUEIO DUPLO DE VERBAS

A insegurança das instituições federais consiste na falta de informações detalhadas que expliquem se valerá apenas o contingenciamento de 25%, anunciado em fevereiro, ou o bloqueio de 30%, anunciado e já aplicado em maio, ou se ambos serão aplicados simultaneamente,

o que reduziria ainda mais as verbas de custeio.

- A grande dúvida, agora, que queremos esclarecer com o ministério, é se as universidades serão impactadas duplamente por essas medidas - frisa o secretário de Orçamento e Planejamento da UFSC, Vladimir Arthur Fey.

O bloqueio de verbas discricionárias afeta diretamente o funcionamento das instituições, pois com elas são feitos pagamentos de manutenção, funcionários terceirizados, limpeza, energia elétrica, água, telefonia, compra de materiais de expediente e pedagógico e obras de infraestrutura.

## AUDIÊNCIA

# Parlamentares de SC criticam medida

O cenário de crise orçamentária nas instituições de ensino federais de Santa Catarina após o anúncio de cortes promovidos pelo MEC foi debatido em audiência realizada na manhã de ontem, na UFSC, em Florianópolis.

Dirigentes do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), do Instituto Federal Catarinense (IFC) e da própria UFSC apresentaram dados da gestão e alertaram sobre os riscos para a continuidade dos trabalhos no próximo semestre.

Parlamentares catarinenses também reservaram críticas às medidas impostas pelo governo federal. O encontro foi proposto pelo deputado federal catarinense Pedro Uczai (PT) como membro da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. As manifestações registradas serão entregues ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, amanhã.

## CARTA DE FLORIANÓPOLIS

Além do fim da restrição orçamentária, os participantes defenderam a autonomia das instituições na escolha de dirigentes.

- O objetivo é não só ouvir, não só diagnosticar. E sobre o que fazer, podemos tornar público para o Brasil esse encontro. Tornar público em forma de documento, a Carta de Florianópolis, para ser entregue ao ministro - apontou Uczai.

Presente na audiência, o senador Esperidião Amin (PP) disse que a medida do governo federal não debate critérios:

- A Lei Orçamentária Anual é de execução obrigatória e qualquer modificação tem que ser objeto de projeto de lei para que se debata onde vai cortar. Para que o orçamento seja realmente uma peça republicana, como tem de ser.

Deputado federal, Rodrigo Coelho (PSB) também criticou a falta de critério e de comunicação do governo federal.

- Um governo que incentiva o confronto ao invés de viabilizar o diálogo, promover a harmonia entre os poderes, está fomentando ainda mais o combate, uma divisão de uma eleição que parece que não terminou.

EM 2017, O GOVERNO MICHEL TEMER (MDB) JÁ HAVIA BLOQUEADO VALORES DAS INSTITUIÇÕES DE SC, NO CHAMADO CONTINGENCIAMENTO - AVISO PRÉVIO DE QUE PARTE DAS VERBAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL SERÁ BLOQUEADA DE FORMA PREVENTIVA, INDICANDO MONTANTES E PRAZOS PARA AS ADMINISTRAÇÕES LOCAIS, VISANDO ECONOMIZAR RECURSOS DIANTE DA PREVISÃO DE QUEDA NAS RECEITAS ESTIMADAS.